

Veículo	Data	Espaço	Editoria	Página
Tribuna Independente	01/03/2024	78cm ²	Política	3

Justiça condena ex-prefeito de São José da Tapera

Ex-secretário de Administração também foi apontado como culpado na ação civil pública impetrada pelo Ministério Público

THAYANNE MAGALHÃES
COM ASSESSORIA

Em São José da Tapera, município localizado no Sertão alagoano, o ex-prefeito José Antônio Cavalcante, e o ex-secretário de Administração e Planejamento, Diego Silva de Azevedo, foram alvos de uma ação civil pública do Ministério Público Estadual (MPE), após investigação por improbidade administrativa.

Tanto o ex-prefeito quanto o ex-secretário de Administração foram considerados culpados, e a sen-

tença proferida pela justiça alagoana impõe uma série de penalidades aos dois, incluindo o pagamento conjunto de uma multa de R\$ 240 mil.

Além disso, o ex-prefeito e o ex-secretário terão os seus direitos políticos suspensos por seis anos e estão proibidos de firmar contratos com qualquer órgão público durante o mesmo período.

De acordo com o promotor de Justiça, Fábio Bastos Nunes, a ação foi movida devido à contratação direta, sem licitação, do escritório Albuquerque e Barbosa Ad-

vocacia e Consultoria para serviços de orientação em processos licitatórios. O contrato, firmado em janeiro de 2017 e prorrogado até janeiro de 2019, viola os princípios legais que regem as licitações públicas.

O Ministério Público Estadual argumenta que a contratação direta só é permitida em casos excepcionais, quando não há empresas habilitadas para competir. Além disso, é necessário que o prestador de serviços tenha comprovação de especialização na área, o que não foi demonstrado neste caso.



Ex-prefeito de São José da Tapera, José Antônio Cavalcante, perdeu os direitos políticos na condenação

A Justiça acatou os pedidos apresentados pelo Ministério Público, anulando o contrato com o escritório de advocacia, bem como o termo aditivo de prorrogação e o procedimento de inexigibilidade de licitação. A multa civil aplicada aos ex-gestores corresponde ao

valor exato do contrato com o escritório de advocacia.

Dessa forma, José Antônio e Diego Silva enfrentarão as consequências de suas ações, não apenas por meio de sanções financeiras, mas também com a suspensão de seus direitos políticos e restrições quanto

a contratações futuras com o poder público.

Até o fechamento desta edição, o ex-prefeito de São José da Tapera e o ex-secretário de Administração, alvos da ação do MP Estadual, e da condenação na justiça, não se pronunciaram sobre a decisão.

Veículo	Data	Espaço	Editoria	Página
Tribuna Independente	01/03/2024	30cm ²	Política	3

TRIBUNA
INDEPENDENTE

POLÍTICA

MACEIÓ - ALAGOAS
SEXTA-FEIRA, 1 DE MARÇO DE 2024

3

Corregedoria do TJ finaliza inspeções em comarcas do Sertão alagoano

EDITORIA DE POLÍTICA
COM ASSESSORIA

A Corregedoria Geral da Justiça (CGJAL) finalizou ontem (29), as inspeções judiciais nas comarcas do Sertão de Alagoas. Na quinta, foram visitados os fóruns de Delmiro Gouveia, Mata Grande e Água Branca.

As inspeções foram cumpridas pelo corregedor-geral da Justiça, Ddesembargador Domingos de Araújo Lima

Neto e pelos juizes auxiliares da CGJAL, Marcella Pontes e Philippe Alcântara, com o apoio dos servidores Rossane Teixeira e José Diego dos Santos.

"A ideia que a gestão atual tenta implementar é de uma Corregedoria parceira. Não é uma Corregedoria que sai procurando erro para punir, mas para dialogar, conhecer as necessidades das unidades judiciais e elaborar planos de trabalho em bene-

fício da sociedade", disse Domingos Neto.

DELMIRO

Na Comarca de Delmiro Gouveia, o Corregedor Domingos Neto e a magistrada Marcella Pontes dialogaram com os servidores e com os juizes Caio Evangelista, da 1ª Vara, Bruna Mendes, da 2ª Vara, e Raquel David, do Juizado Especial Cível e Criminal e de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher. "Gostaria apenas de elo-

giar o plano de trabalho desenvolvido por toda a equipe da corregedoria, que vem se destacando por sua função pedagógica, fornecendo ferramentas muito úteis para a gestão da unidade judiciária, contribuindo para a celeridade e a melhor prestação jurisdicional", explicou Caio Evangelista.

A magistrada Bruna Mendes comentou que os manuais de práticas cartorárias, que foram elaborados

pela Corregedoria e disponibilizados no intrajus, são imprescindíveis aos servidores.

"Quando há um material, um livro ou manual que explica as atividades que nós devemos cumprir, já facilita o nosso trabalho, porque não precisamos buscar outros meios para descobrir a solução; é só ler o manual que tudo já está explicado", disse.

A juiza Raquel David comentou sobre o perfil da gestão atual, que tem buscado

garantir melhores condições de trabalho aos juizes e servidores e, consequentemente, o direito de Justiça à sociedade.

"A gente sabe que o perfil da Corregedoria, hoje, é no sentido de orientar, ajudar e se tiver alguma coisa errada, corrigir. Com isso, vai ajudar muito, tanto o trabalho da gente, quanto às pessoas que precisam de nós da Justiça, que terão direitos garantidos".



Veículo	Data	Espaço	Editoria	Página
Tribuna Independente	01/03/2024	24cm ²	Política	3

Desembargador estabelece diálogo com OAB/AL e recebe demandas

Ainda na vistoria da Corregedoria Geral da Justiça (CGJAL), nos municípios do Sertão, no fórum de Delmiro Gouveia, o corregedor e desembargador, Domingos Lima Neto, estabeleceu diálogo com com o advogado

Gerd Gomes, que representa a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) em oito municípios do Sertão.

Um dos pleitos apresentados pelos advogados foi a necessidade de ocupação por um magistrado titular na

Comarca de Piranhas.

"O desembargador Domingos Neto indicou que vai envidar todos os esforços para, juntamente ao Tribunal de Justiça de Alagoas, conseguir o mutirão para dar vazão à contingência proces-

sual da unidade", ressaltou o advogado.

Na Comarca de Mata Grande, o corregedor Domingos Neto e o juiz Phillippe Alcântara foram recebidos pelo juiz Thiago Augusto Lopes de Moraes; em Água

Branca, dialogaram com o juiz Marcos Vinícios Linhares Constantino da Silva.

"A inspeção in loco foi muito interessante e proveitosa, pelo caráter orientativo do órgão correicional, permitindo uma análise dos aspectos

quantitativos e qualitativos dos trabalhos desenvolvidos na unidade, além de contribuir para o aperfeiçoamento das rotinas cartorárias e de gestão processual", informou o juiz Thiago Augusto. (E.P. com Assessoria)

Veículo	Data	Espaço	Editoria	Página
Tribuna Independente	01/03/2024	8cm ²	Política	3

CIDADES EMFOCO

ROBERTO BAIA
robertobaia@barros@hotmail.com



Moradia Legal



Nesta sexta-feira, 1, o presidente do TJAL, desembargador **Fernando Tourinho**, estará na cidade de Palmeira dos Índios participando da solenidade de entrega dos 250 títulos Moradia Legal, programa de regularização fundiária do Poder Judiciário de Alagoas.

O evento terá início às 10h, no Campus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas (Ifal), no bairro Palmeira de Fora.

SEXTA EDIÇÃO

O programa, que está na sexta edição, é uma parceria entre Tribunal de Justiça (TJ/AL), Corregedoria-Geral da Justiça, Associação dos Notários e Registradores de Alagoas (Anoreg/AL) e Prefeituras. Desde o ano passado, mais de 1.380 pessoas nos municípios de Marechal Deodoro, Quebrangulo, Teotônio Vilela, Arapiraca e São Miguel dos Campos conseguiram a titularidade de seus imóveis graças ao Moradia Legal.